

# O feijão com arroz vai continuar, garante Sarney.

Apesar das pressões dos políticos que apóiam o governo, que querem uma "ajuda" para as próximas eleições municipais (consustanciada na adoção imediata de medidas espetaculares ou de grande impacto na opinião pública), o presidente José Sarney vai manter os rumos da atual política econômica. Quem conseguiu convencê-lo a resistir às pressões foram os ministros Maílson da Nóbrega, da Fazenda, e João Batista de Abreu, do Planejamento.

De acordo com informações do Palácio do Planalto, o presidente Sarney, mesmo reconhecendo que medidas de impacto poderiam ajudar os partidos situacionistas, está convencido de que o melhor caminho a seguir é o da atual política econômica, incapaz de trazer resultados significativos no curto prazo. As únicas correções previstas na política do "feijão com arroz" devem registar-se nas áreas fiscal e monetária.

Maílson e João Batista disseram ao presidente que a política econômica do "feijão com arroz", apoiada substancialmente no corte do déficit público, exige um prazo de maturação de sete a nove meses para apresentar resultados mais expressivos. Isso significa que no curto prazo o governo terá mesmo de suportar o desconforto político da impopularidade provocada normalmente por um processo de inflação elevada. No médio prazo, contudo, os resultados positivos vão aparecer, segundo garantiram Maílson e João Batista nas últimas conversas que mantiveram com o presidente, inclusive ontem, para analisar o índice

oficial de inflação, de 20,86%.

Os ministros disseram ao presidente que não há nenhum fator alarmante na conjuntura econômica que aponte para uma inflação ascendente e muito menos para uma hiperinflação. Segundo eles, a inflação está rigorosamente sob controle, apresentando-se praticamente estável em torno dos 20%, sem que o governo tenha adotado qualquer "artificialismo", como seria o caso — exemplificaram — de conter os reajustes das tarifas e dos preços do setor público. Isso descapitalizaria as empresas estatais, a exemplo do que foi feito no início do governo Sarney, pelo então ministro da Fazenda, Francisco Dornelles.

As empresas estatais encontram-se em franca capitalização e não há nenhum fator que aponte concretamente para uma inflação ascendente, segundo os ministros. Eles entendem que após um certo período de estabilização, a inflação começará a declinar. Quando isto acontecer — assinalam — o Brasil terá resolvido dois grandes problemas: o da própria inflação e o da escassez de investimentos, pois uma queda da inflação é fundamental para reacender a confiança do empresariado na economia do País e, deste modo, reativar os investimentos.

O governo somente admite alterar os rumos da política econômica se a inflação se tornar ascendente ao longo dos próximos três meses, hipótese que não é aceita pelos ministros da Fazenda e do Planejamento, mas que nem por isso deixa de ser avaliada no Palácio do Planalto.